

---

# PLANO DE ATIVIDADES

## 2024



## NOTA DE ABERTURA



*A Diretiva Estratégica estabeleceu orientações a seguir no sentido de o Exército Português, enquanto instituição, se continuar a afirmar como um corpo moderno, competente e interoperável, que seja reconhecido pela sua elevada disponibilidade e prontidão, projetando uma imagem de credibilidade e atratividade e constituindo um exemplo de eficiência e eficácia no uso dos recursos colocados à sua disposição.*

*O Plano de Atividades do Exército para 2024 é, assim, a continuação do caminho traçado, fruto do aperfeiçoamento das opções tomadas e do realinhamento da gestão estratégica, otimizando os recursos colocados à disposição deste Ramo das Forças Armadas, tendo em vista alcançar os objetivos a que nos propusemos.*

*Numa conjuntura caracterizada pela crescente complexidade do ambiente de segurança e defesa, que reforça a necessidade de preparar forças para participar tempestivamente em missões militares internacionais, a que se associam os constrangimentos orçamentais agravados pela inflação, foi necessária uma rigorosa seleção de prioridades, atingida através da aplicação das práticas mais modernas de gestão e das metodologias de planeamento mais adequadas, concertando esforços, sincronizando atividades e envolvendo a estrutura de comando a todos os níveis.*

*Ciente que o Exército conta com recursos humanos competentes, movidos pelo espírito de bem servir e que pautam o seu comportamento e a sua conduta por valores éticos e morais inabaláveis, acredito que o ano de 2024 continuará a mostrar que o Exército é uma instituição de prestígio e de confiança junto dos Portugueses.*

Lisboa, 30 de junho de 2023

O Chefe do Estado-Maior do Exército

Eduardo Manuel Braga da Cruz Mendes Ferrão  
General



## Lista de siglas e abreviaturas

AM	Academia Militar
ANEPC	Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil
CEME	Chefe do Estado-Maior do Exército
CPLP	Comunidade de Países de Língua Portuguesa
DCCR	Despesas Com Compensação em Receitas
DEE	Diretiva Estratégica do Exército
DFin	Departamento de Finanças
EME	Estado-Maior do Exército
EMGFA	Estado-Maior-General das Forças Armadas
ESE	Escola de Sargentos do Exército
FFAA	Forças Armadas
FEEI	Fundos Europeus Estruturais e de Investimento
LIM	Lei de Infraestruturas Militares
LOBOFA	Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas
LPM	Lei de Programação Militar
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
OE	Objetivo Estratégico
OMDN	Orçamento do Ministério da Defesa Nacional
ONU	Organização das Nações Unidas
OOp	Objetivo Operacional
PA	Plano de Atividades
QP	Quadro Permanente
QUAR	Quadro de Avaliação e Responsabilização
RI	Receitas de Impostos
RP	Receitas Próprias
RV/RC	Regime de Voluntariado/Regime de Contrato
SIG/DN	Sistema Integrado de Gestão/Defesa Nacional
UE	União Europeia
UEO	Unidades, Estabelecimentos e Órgãos

## ÍNDICE

<b>I – NOTA INTRODUTÓRIA.....</b>	<b>1</b>
1. Caracterização da envolvente externa e interna.....	3
2. Estrutura organizacional do Exército .....	7
3. Explicitação do processo de elaboração do Plano.....	11
<b>II – OBJETIVOS E ESTRATÉGIA .....</b>	<b>15</b>
1. Orientações gerais .....	16
2. Objetivos Estratégicos e Operacionais .....	17
<b>III – OBJETIVOS PLANEADOS E RECURSOS ASSOCIADOS.....</b>	<b>19</b>
1. Recursos humanos .....	20
2. Recursos materiais .....	23
3. Recursos financeiros.....	27
4. Publicidade institucional .....	31

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Organização do Exército.....	9
Figura 2 – Correspondência entre Objetivos Estratégicos e Objetivos Operacionais .....	18
Figura 3 – Projeção de efetivos por situação .....	20
Figura 4 – Projeção de efetivos em 31 de dezembro de 2024 a encargo do Exército .....	21
Figura 5 – Evolução do efetivo do Exército .....	22
Figura 6 – Recursos financeiros alocados à concretização da estratégia do Exército.....	27
Figura 7 – Planeamento de verbas em função dos critérios da Reforma Defesa 2020 ....	28
Figura 8 – Planeamento das despesas com pessoal .....	28
Figura 9 – Planeamento de verbas da Lei de Programação Militar por capacidade .....	29
Figura 10 – Planeamento de verbas da Lei de Infraestruturas Militares por projeto .....	29
Figura 11 – Planeamento de verbas de Projetos - Capítulo 50 .....	30
Figura 12 – Atividades planeadas não financiadas por Objetivo Estratégico.....	30
Figura 13 – Publicidade institucional.....	31







## **I – NOTA INTRODUTÓRIA**

## **I. Nota introdutória**

O Plano de Atividades (PA), documento de referência no âmbito da gestão estratégica do Exército, foi elaborado de acordo com os princípios e metodologia preconizados no Decreto-lei n.º 183/96, de 27 de setembro, bem como no Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 julho, direcionando o Exército para os objetivos a atingir no ano 2024, bem como os recursos a afetar, em consonância com as orientações do Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME).

O PA encontra-se alinhado com a Diretiva Estratégica do Exército (DEE) 2023 e com o processo de planeamento e formulação estratégica, consubstanciando-se como uma ferramenta orientadora que permite coordenar os esforços das diversas Entidades de Planeamento<sup>1</sup> e conciliar as necessidades individuais de cada Unidade, Estabelecimento e Órgão (UEO) com as necessidades globais do Exército.

Na sua componente orçamental, este plano foi transposto para o Sistema Integrado de Gestão da Defesa Nacional (SIG/DN), permitindo, deste modo, a obtenção de informação agregada e consolidada ao nível do planeamento orçamental e da afetação e gestão dos recursos humanos, materiais e financeiros, assim como a fundamentação da Proposta de Orçamento do Exército.

Consubstanciado no presente documento, o PA24 é constituído por três partes: Nota Introdutória, Objetivos e Estratégia e Objetivos Planeados e Recursos Associados.

---

<sup>1</sup> Entidades envolvidas no planeamento do Plano de Atividades, incluindo o Plano de Missões ao Estrangeiro: Gabinete do Chefe do Estado-Maior do Exército, Estado-Maior do Exército, Comando do Pessoal, Comando da Logística, Comando das Forças Terrestres, Departamento de Finanças, Academia Militar, Inspeção-Geral do Exército, Direção de História e Cultura Militar, Direção de Educação e Direção de Comunicações e Informação.

## 1. Caracterização da envolvente externa e interna

### a. Ambiente externo

#### (1) Enquadramento e caracterização

O Exército Português está submetido a fatores endógenos e exógenos, decorrentes de um Ambiente Estratégico caracterizado pela ambiguidade, complexidade, volatilidade e pela incerteza, quer no plano nacional como no plano internacional.

As grandes tendências influenciadoras do Sistema Internacional, como a economia global, a competição geoestratégica entre as grandes potências e organizações internacionais, a evolução tecnológica exponencial e as alterações climáticas, entre outras, afetam, no curto prazo, os estados, incluindo as suas Forças Armadas (FFAA), e, por sua vez, o Exército.

A previsível continuação do conflito russo-ucraniano implica, além do seu impacto na economia global e nacional, uma crescente pressão, para os Estados Membros da União Europeia (UE) e para os Aliados da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), robustecerem as suas capacidades militares. Esta pressão, a que o Exército Português não é alheio, traduz-se num esforço para melhorar as suas capacidades, em termos de quantidade, qualidade e prontidão, contribuindo assim para o esforço nacional e das organizações a que Portugal pertence, para responder melhor às solicitações em relação à ameaça russa.

Verifica-se, simultaneamente, a continuidade ou até o aumento das crises securitárias, económicas e políticas no continente africano. Estas crises têm também consequências a nível global, para a Europa e para Portugal, sendo assim uma região com importância para a estratégia nacional e os seus esforços em vários campos. O Exército tem vindo a contribuir para esses esforços, ao nível da estabilização, da assistência humanitária e da reconstrução dos Estados afetados, assegurando, adicionalmente e de forma autónoma, a extração de cidadãos ou de forças, nacionais ou de outros países, com os quais Portugal mantém relações diplomáticas.

Um dos fatores que mais influencia e é também influenciado por todos os outros, é o fator económico. As sucessivas crises económicas globais e regionais têm um impacto profundo e transversal, que por sua vez exponencia outros fatores. A criação de resiliência dos sistemas de gestão do estado, é a forma mais sustentável para fazer face aos desafios sistemáticos que enfrentam, tanto a ameaças cibernéticas, à escassez de recursos, bem como às crises energéticas e financeiras referidas.

**(2) Participação no âmbito das alianças internacionais e relações bilaterais**

Em apoio à política externa do Estado e no âmbito das alianças internacionais de que Portugal faz parte, o Exército continuará a participar na prossecução dos interesses nacionais conjunturais, através da afirmação da presença nacional no mundo, da consolidação da sua inserção na rede de alianças, da defesa da afirmação e da credibilidade externa de Portugal e na valorização das comunidades portuguesas, contribuindo, assim, para a promoção da paz, do respeito pelo direito humanitário internacional e da segurança internacional.

Para este desígnio, o Exército orienta esforços no sentido de assegurar a continuidade da participação em missões no quadro da OTAN, UE e Organização das Nações Unidas (ONU), bem como no relacionamento bilateral e multilateral com os outros membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e do Processo de Cooperação do Mediterrâneo Ocidental (Iniciativa 5+5 Defesa) e outros Países Amigos e Aliados, no quadro da Política de Defesa Nacional.

Neste sentido, a participação nacional na OTAN assume um papel fundamental para o Exército, não só como matriz doutrinária e de experiências, mas também como organização internacional de referência no âmbito das operações militares terrestres. O âmbito de atuação do Exército passa pela contribuição para o *Readiness Action Plan*, com forças em prontidão, de que são exemplo a *Tailored Forward Presence* e a *enhanced Vigilance Activity*, para os mecanismos de resposta rápida *enhanced NATO Response Force* e *NATO Readiness Initiative*. No âmbito da UE procurar-se-á, sempre que possível, participar em operações e missões com forças militares constituídas ou nos mecanismos de resposta rápida – *European Union Battlegroups* e *European Union Land Rapid Response*, ou ainda através da presença de efetivos militares nacionais em missões de treino, assessoria e aconselhamento, na área da Política Comum de Segurança e Defesa da UE – *European Union Training Mission* na Somália, no Mali, em Moçambique e na República Centro Africana.

O Exército pretende, igualmente, continuar a participação em exercícios de capacitação, na área da defesa, na região do Norte de África, do Sahel e na África Subsariana, através de unidades militares constituídas ou de efetivos militares em funções de Estado-Maior, de “treino e formação” e de “assessoria e aconselhamento”.

No quadro da ONU, o intuito é manter o acompanhamento do processo de interação entre os Estados-Membros e esta Organização (destinado à edificação

de capacidades e denominado por *Peacekeeping Capability Readiness System*, a participação nas operações militares, nomeadamente no âmbito da *United Nations Multidimensional Integrated Stabilization Mission in the Central African Republic*, e a participação na missão em curso na Colômbia.

No campo de ação da CPLP, importa continuar a aprofundar e estabelecer parcerias estratégicas bilaterais, através de unidades militares constituídas ou efetivos, em funções de Estado-Maior, de “treino e formação” e de “assessoria e aconselhamento”, que facilitem a eventual formação e preparação de uma Força de Tarefa Conjunta e Combinada, com capacidade de intervenção em missões de Apoio à Paz e Ajuda Humanitária.

No âmbito da “Iniciativa 5+5” Defesa, Portugal tem promovido a cooperação com os signatários do Magrebe e europeus, disponibilizando e participando em processos de formação, de treino, de troca de conhecimentos e de experiência, constituindo essas práticas mecanismos de incremento da confiança e de melhoria de relacionamentos, sendo tal estratégico para o fomento da segurança no seio dos Estados-Membros.

No quadro bilateral e multilateral, com outros Países Amigos e Aliados, designadamente no combate a riscos e às ameaças transnacionais, o Exército continuará a participar nas iniciativas conjuntas, no domínio da segurança e defesa.

## **b. Ambiente interno**

Os recursos humanos continuam a ser um dos maiores desafios, embora a incorporação seja considerada uma atividade fundamental para a sustentabilidade do Sistema de Forças, a retenção de militares da categoria de Praças a curto prazo e de quadros a médio e longo prazo, é uma área que deve ser alvo, cada vez maior, da atenção do Exército. Para tal, é necessário tornar a carreira militar mais atrativa e motivadora, com o fim último de manter a credibilidade, proficiência técnico-profissional, manter e desenvolver o conhecimento, e assim cumprir a Missão.

Ao nível interno, nas operações de apoio civil, mantém-se o esforço para continuar a garantir a disponibilidade, nomeadamente na prevenção e combate dos incêndios rurais, entre outros apoios à população, à proteção civil e às forças e serviços de segurança. Tendo em conta o histórico anterior, prevê-se que o Exército continue a ser o ramo das FFAA mais solicitado, para este fim.

Permanece firme a intenção do Exército de manter e fortalecer a sua comunicação estratégica. Através de uma relação estreita e transparente com os órgãos de

comunicação social, a fim de esclarecer a sociedade acerca das suas atividades e missões, e assim alavancar a confiança e credibilidade junto do público.

Permanece como um dos principais objetivos do Exército a consolidação das suas capacidades, com possibilidade de emprego em todos os tipos de operações, incluindo de apoio civil. Este desiderato inclui a necessidade de regenerar capacidades em fim de ciclo de vida ou cujo grau de obsolescência é já considerável. Simultaneamente, mantém-se a intenção de reposição de capacidades exíguas ou inexistentes no Sistema de Forças, bem como com a consequente necessidade de manutenção da escola de conhecimento. Estas situações têm influência na operacionalidade de Forças requeridas, nacional ou internacionalmente, como tal, constituem permanente preocupação para o Exército. Embora existam indicadores favoráveis quanto à situação económica internacional no futuro próximo, é de considerar que a crise energética, dos transportes, entre outros, e a crise económica global, tenham impacto direto ou indireto para o Exército, que poderão continuar a condicionar a sua missão durante o ano de 2024.

## 2. Estrutura organizacional do Exército

### a. Enquadramento legislativo

Do atual edifício legislativo destaca-se, pela sua importância, o Conceito Estratégico de Defesa Nacional, elemento basilar do processo de planeamento estratégico militar, e do qual decorrem os demais documentos enquadrantes da atividade das Forças Armadas.

O quadro jurídico e normativo que regula a atividade e o funcionamento do Exército assenta, essencialmente, nos seguintes diplomas e documentos:

- Constituição da República Portuguesa;
- Lei Orgânica n.º 3/2021, de 09 de agosto - Lei de Defesa Nacional;
- Lei Orgânica n.º 2/2021, de 09 de agosto - Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas (LOBOFA);
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2013, de 5 de abril – Conceito Estratégico de Defesa Nacional;
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2013, de 11 de abril – Defesa 2020;
- Conceito Estratégico Militar 2014;
- Despacho n.º 11400/MDN/2014 - Diretiva Ministerial de Planeamento de Defesa Militar;
- Missões Específicas das Forças Armadas 2014;
- Sistema de Forças 2014;
- Dispositivo de Forças 2014;
- Decreto-Lei n.º 186/2014, de 29 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 19/2022, de 24 de janeiro – Lei Orgânica do Exército;
- Decreto-Regulamentar n.º 11/2015, de 31 de julho, alterado pelo Decreto Regulamentar n.º 02/2023, de 06 de junho – Orgânica do Exército
- Lei Orgânica n.º 2/2019, de 17 de junho – Lei de Programação Militar (LPM);
- Lei Orgânica n.º 3/2019, de 03 de setembro – Lei de Infraestruturas Militares (LIM);
- Diretiva Estratégica do Exército de 2023.

**b. Missão do Exército**

Conforme mencionado no Artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 186/2014, de 29 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 19/2022, de 24 de janeiro, o Exército tem por missão principal participar, de forma integrada, na defesa militar da República, nos termos do disposto na Constituição e na Lei, sendo fundamentalmente vocacionado para a geração, preparação e sustentação de forças e meios da componente operacional do Sistema de Forças.

Incumbe ainda ao Exército, nos termos da Constituição e da lei:

- Participar nas missões militares internacionais necessárias para assegurar os compromissos internacionais do Estado no âmbito militar, incluindo missões humanitárias e de paz assumidas pelas organizações internacionais de que Portugal faça parte;
- Participar nas missões no exterior do território nacional, num quadro autónomo ou multinacional, destinadas a garantir a salvaguarda da vida e dos interesses dos Portugueses;
- Executar as ações de cooperação técnico-militar nos projetos em que seja constituído como entidade primariamente responsável, e participar em ações conjuntas de cooperação técnico-militar decorrentes de programas-quadro coordenados pela Direção-Geral de Política de Defesa Nacional;
- Participar na cooperação das FFAA com as Forças e Serviços de Segurança, nos termos previstos na LOBOFA;
- Colaborar em missões de proteção civil e em tarefas relacionadas com a satisfação das necessidades básicas e a melhoria da qualidade de vida das populações, nos termos previstos na LOBOFA;
- Cumprir as missões que lhe sejam atribuídas pelo Chefe do Estado-Maior-General das FFAA, sendo que neste âmbito, o Exército executa atividades no domínio das ciências e técnicas geoespaciais e na verificação da demarcação de fronteiras terrestres nos termos dos acordos bilaterais em vigor.

O Exército também executa atividades no domínio da cultura, designadamente de preservação e divulgação do seu património.



### c. Organização

O Exército encontra-se organizado numa estrutura vertical e hierarquizada, compreendendo um Órgão de Estado-Maior, um Órgão de Inspeção, Órgãos de Conselho, Órgãos Centrais de Administração e Direção, o Comando da Componente Terrestre, os Órgãos de Base e os Elementos da Componente Operacional do Sistema de Forças, conforme ilustra a Figura 1.

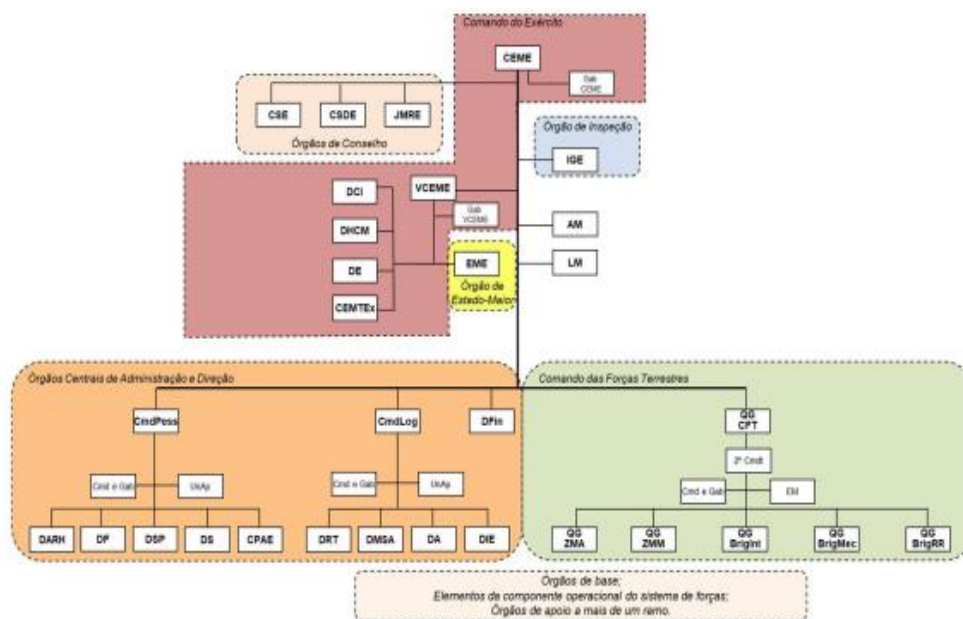


Figura 1 – Organização do Exército

### d. Visão

A **visão** emanada pelo Chefe do Estado-Maior do Exército na DEE 23 traduz-se numa expressão mobilizadora e alinhada com as aspirações do Exército, e expressa-se do seguinte modo:

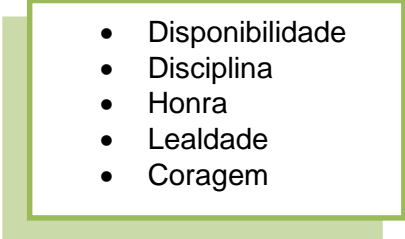
*“Um Exército credível, moderno, atrativo, de elevada prontidão e competência.*

*Um Exército pronto para a defesa militar da República e contribuinte ativo para a segurança cooperativa, para a proteção e bem-estar das populações e para a salvaguarda do património nacional.”*

### e. Valores

O respeito pelas atribuições que decorrem da Missão do Exército, assenta num quadro de valores organizacionais que servem de referência interna e marca de identidade junto dos cidadãos, tão essenciais à coesão na ação, à credibilidade e à promoção da imagem de uma instituição que se funde com a Nação.

Do quadro de valores que guiam os militares do Exército, destacam-se:

- 
- Disponibilidade
  - Disciplina
  - Honra
  - Lealdade
  - Coragem

- **A Disponibilidade**, manifestada na permanente prontidão para servir, assente na especificidade da condição militar.
- **A Disciplina**, como meio para atingir a unidade de esforço na prossecução dos efeitos desejados.
- **A Honra**, decorrente da atitude honesta, firme e digna, assumida no cumprimento do dever.
- **A Lealdade**, como força anímica da disciplina, consubstanciada na prática da verdade e na fidelidade aos princípios éticos, elementos basilares da camaradagem e da coesão no Exército.
- **A Coragem**, na forma como se enfrentam os riscos e se superam as dificuldades.

### 3. Explicitação do processo de elaboração do Plano

A elaboração do PA24, pressupõe a definição prévia dos resultados a alcançar e das linhas gerais para a sua prossecução, bem como a explicitação clara da estratégia a seguir na utilização dos meios/recursos que serão colocados à disposição do Exército para cumprir a missão que lhe foi confiada.

#### a. Conceitos principais

- (1) **Objetivo Estratégico (OE):** definidos ao nível da DEE, evidenciam as principais mudanças que pretende concretizar para alcançar a Visão definida.
- (2) **Objetivo Operacional (OOp):** definidos ao nível da DEE, materializam a implementação de iniciativas estratégicas com vista à obtenção dos resultados desejados, estabelecendo uma ligação formal de colaboração entre a gestão estratégica e a ação operacional.
- (3) **Atividade:** conjunto de ações que correspondem à desagregação funcional de cada objetivo e que concorrem para a concretização da atividade da qual fazem parte integrante.
- (4) **Ação:** conjunto de Elementos de Ação que correspondem à desagregação funcional de cada atividade e que concorrem para a concretização dessa mesma atividade, definidas centralmente aquando da preparação do PA24.
- (5) **Elementos de Ação:** constituem as tarefas concretas a realizar pelas UEO, que decorrem das Ações por elas definidas e concorrem para a concretização das Atividades fixadas pelas Entidades de Planeamento que, por sua vez, concorrem para consecução dos objetivos fixados pelo CEME, definidos pelas UEO do Exército.

#### b. Alinhamento com a estratégia

O PA é um instrumento de elevada importância no âmbito da gestão estratégica, dado que consubstancia, no curto prazo, os objetivos que o Exército se propõe atingir no médio e longo prazo, identifica os recursos necessários à sua concretização e estabelece necessidades e prioridades, servindo de base à Proposta de Orçamento a apresentar na fase da preparação do Orçamento do Estado.

Neste quadro, importa assegurar o alinhamento do PA24 com a Diretiva Estratégica vigente e com o Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR), estabelecendo-se, com efeito, um sistema uniforme mensuração e monitorização da trajetória

definida para o Exército, preparado para identificar eventuais desvios, respetivas causas e, se necessário, introduzir ações corretivas em tempo útil.

### **c. Processo de planeamento**

- (1) O planeamento do PA24 teve início com os estudos para a proposta de *plafond* a atribuir, ao que se seguiu a aprovação e difusão da Diretiva n.º 86/CEME/23, a qual estabeleceu as orientações e tarefas a operacionalizar.
- (2) Em linha com os Objetivos, Atividades e Ações aprovadas, as Entidades de Planeamento coordenaram o planeamento dos Elementos de Ação por parte das UEO na sua dependência, preenchendo as correspondentes chaves orçamentais.
- (3) Uma vez finalizada a inscrição das chaves orçamentais, foi concluída a elaboração do PA em SIG/DN, permitindo, em seguida, com base nos mesmos dados orçamentais, dar início ao processo de planeamento orçamental pelo Departamento de Finanças (DFin).
- (4) De modo a preparar eventuais reajustamentos orçamentais, decorrentes de reformulação de missões e atribuições, cativações legais ou de outras circunstâncias com impacto orçamental, todas as Atividades, Ações e Elementos de Ação foram priorizados por grau de importância.
- (5) A componente orçamental do PA será utilizada para fundamentar a Proposta de Orçamento do Exército, na fase de preparação do Orçamento do Estado.
- (6) Uma vez aprovada a Lei do Orçamento do Estado, e se considerado materialmente relevante, proceder-se-á à correção do PA, de acordo com o Decreto-Lei n.º 183/96, de 27 de setembro, dando origem ao PA Corrigido.

### **d. Despesas planeadas**

O planeamento foi efetuado em conformidade com o classificador económico das receitas e despesas públicas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro, tendo sido consideradas as seguintes Fontes de Financiamento:

- (1) Receitas de Impostos (RI) do Orçamento do Ministério da Defesa Nacional Exército (OMDN) – Verbas para despesas de funcionamento estrito, cujo planeamento cabe às UEO, ou seja, Despesas com o Pessoal, Despesas para Aquisição de Bens e Serviços, Transferências Correntes e Despesas de Investimento;

- (2) Lei de Programação Militar (LPM) e Lei de Infraestruturas Militares (LIM) – Verbas cujo planeamento cabe ao Estado-Maior do Exército (EME);
- (3) Projetos – Capítulo 50 (antigo Programa de Investimento e Desenvolvimento da Administração Central) – Verbas cujo planeamento cabe ao EME;
- (4) Despesas Com Compensação em Receitas (DCCR) – Receitas Próprias (RP) que as UEO do Exército estimam arrecadar e, com base nas mesmas, realizar despesas;
- (5) Fundos nacionais e europeus, no âmbito de programas financiados e co-financiados.

#### **e. Instrumentos de Gestão**

O desempenho organizacional do Exército é monitorizado através de um conjunto de indicadores e metas, os quais mensuram o grau de concretização dos objetivos que concorrem para a consecução da sua estratégia.

Paralelamente, de forma a manter a coerência nos resultados dos instrumentos de avaliação do desempenho, os *dashboards* produzidos para a elaboração do QUAR, são monitorizados de igual modo, permitindo, com efeito, um permanente escrutínio dos indicadores adotados, de forma a corrigir desvios e reprogramar opções, através da atuação atempada nas suas causas.

O Relatório de Atividades, documento que conclui o ciclo de gestão, será também elaborado com base nestes instrumentos de avaliação, traduzindo o grau de concretização das atividades levadas a efeito, encargos associados, bem como eventuais desvios e respetivas causas, estruturando informação relevante para um novo ciclo.





## **II – OBJETIVOS E ESTRATÉGIA**

## 1. Orientações gerais

A missão é o objetivo fundamental na gestão estratégica do Exército, para o qual concorrem os objetivos de nível estratégico e operacional, cuja prossecução constitui o centro da ação de comando, o “farol” para a orientação do esforço e a matriz para a afetação de recursos no âmbito da elaboração do PA24.

Em termos institucionais, o Exército está vocacionado fundamentalmente para a geração, preparação e sustentação de forças terrestres, sendo que, atendendo a todas as suas atribuições e responsabilidades, também se afirma como uma instituição de referência nacional e internacional, tendo por finalidade servir Portugal e os portugueses.

Não obstante, a conjuntura socioeconómica nacional e internacional tem vindo a colocar novos desafios e condicionamentos financeiros com impacto incontornável nas atividades e no efetivo do Exército. As limitações nos orçamentos da Defesa exigem rigor na seleção das prioridades, na aplicação dos recursos e, concomitantemente, a implementação de soluções de gestão tendentes à otimização das dinâmicas internas e sinergias com as entidades externas.

Neste quadro, o PA24 foi elaborado tendo em conta os seguintes condicionamentos:

- (1) Recursos humanos disponíveis, em que se considera essencial a obtenção dos quantitativos de militares do Quadro Permanente (QP), em Regime de Voluntariado/Regime de Contrato (RV/RC) e em Regime de Contrato Especial definidos para o Exército;
- (2) Desenvolvimento dos principais projetos de reequipamento do Exército, em que se impõe uma clara identificação de prioridades e a assunção de riscos político-militares na aplicação desses recursos, bem como uma criteriosa racionalização na utilização das verbas anualmente inscritas nesses programas financeiros;
- (3) Recursos financeiros disponíveis, cujos valores disponibilizados para os principais instrumentos de programação do reequipamento do Exército (LPM, LIM e Projetos) se têm revelado escassos para colmatar todas as necessidades de modernização/substituição dos equipamentos e para edificar novas capacidades. Paralelamente o orçamento de funcionamento estrito atribuído ao Exército, sistematicamente inferior ao montante inscrito no PA, tem condicionado a capacidade de sustentação do Sistema de Forças Nacional do Exército e do Treino Operacional;



- (4) Natureza, requisitos e estrutura das Forças necessárias para dar resposta aos compromissos internacionais, em particular no âmbito da ONU, da OTAN e da UE, que na perspetiva do reforço das linhas de ação comuns, pretendem Forças interoperáveis, com capacidade de resposta rápida e aptas a cumprir todo o espectro de missões.

## 2. Objetivos Estratégicos e Operacionais

### a. Objetivos Estratégicos

O alinhamento estratégico é efetivado numa perspetiva *Top-Down*, no sentido de o Comando do Exército partilhar a sua estratégia com toda a estrutura organizacional, mediante a difusão dos documentos estruturantes e enquadrantes da missão e das atividades, e numa perspetiva *Bottom-Up*, de modo a que a mesma estrutura organizacional, tendo assimilado a estratégia da organização, possa contribuir para o desenvolvimento do planeamento e execução das tarefas do Exército.

Nesta conformidade, em linha com a DEE 23 e com o processo de planeamento e formulação estratégica, os OE são os seguintes:

- (1) Otimizar as capacidades militares terrestres

Este objetivo estratégico tem como efeito desejado assegurar Forças do Exército organizadas, treinadas, equipadas e certificadas conforme os padrões OTAN, potenciando a sua coerência, interoperabilidade e uso dual.

- (2) Otimizar a obtenção e gestão de recursos

Este objetivo estratégico tem como efeito desejado dotar o Exército dos recursos humanos, materiais, financeiros e infraestruturas adequadas para o cumprimento da missão, disponíveis quando necessários e geridos eficientemente.

- (3) Fortalecer a cooperação nacional e internacional

Este objetivo estratégico tem como efeito desejado consolidar e revigorar o emprego operacional das forças e meios do Exército, no plano nacional e internacional, maximizando os resultados alcançados de forma eficiente.

- (4) Potenciar a formação, o ensino e o desenvolvimento de lideranças

Este objetivo estratégico tem como efeito desejado alcançar uma formação e ensino militar de qualidade e certificado, bem como otimizar o aprofundamento de uma cultura de liderança, aos vários níveis.

## (5) Estimular a inovação e a modernização dos sistemas e tecnologias

Este objetivo estratégico tem como efeito desejado reforçar a competitividade e a criação de valor, através da exploração de novas ideias, bem como assegurar a regeneração tecnológica dos sistemas e a edificação de projetos militares.

## (6) Fortalecer a imagem interna e externa do Exército

Este objetivo estratégico tem com efeito desejado maximizar a competência e a credibilidade do Exército, preservar e divulgar o património histórico e cultural, e garantir a segurança e gestão da qualidade institucionais.

## b. Objetivos Operacionais

Os OOp, os quais concorrem para os correspondentes OE, traduzem as Atividades a desenvolver pelo Exército, conforme sistematiza a Figura 2.

Objetivos Estratégicos	Objetivos Operacionais
OE 1 - Otimizar as capacidades militares terrestres	OO 1.1 - Maximizar as Forças e Elementos treinados e certificados.
	OO 1.2 - Maximizar tecnologias de modelação e simulação, no aprontamento de Forças e Contingentes para operações terrestres.
	OO 1.3 - Explorar a utilização Operacional da Informação e a superioridade de decisão.
	OO 1.4 - Garantir a segurança militar e salvaguardar a proteção de dados pessoais.
OE 2 - Otimizar a obtenção e gestão de recursos	OO 2.1 - Modernizar o Sistema de Reabastecimento, de Transportes e de Manutenção.
	OO 2.2 - Modernizar e requalificar Infraestruturas.
	OO 2.3 - Potenciar a obtenção e gestão de recursos humanos.
	OO 2.4 - Reorganizar o Sistema Financeiro do Exército.
OE 3 - Fortalecer a cooperação nacional e internacional	OO 3.1 - Consolidar as capacidades militares terrestres para intervenção em Emergências Cívicas, Humanitárias e Pós-Catástrofes.
	OO 3.2 - Consolidar a participação em exercícios e operações conjuntos e combinados.
	OO 3.3 - Expandir a rede de parceiros do Exército.
OE 4 - Potenciar a formação, o ensino e o desenvolvimento de lideranças	OO 4.1 - Consolidar a Formação e Treino em Comando e Liderança.
	OO 4.2 - Dinamizar o Ensino à Distância.
	OO 4.3 - Estimular a doutrina e a partilha de conhecimento.
	OO 4.4 - Promover a Igualdade do Género e a Inclusão.
OE 5 - Estimular a inovação e a modernização dos sistemas e tecnologias	OO 5.1 - Potenciar o desenvolvimento de projetos e trabalhos de I&D.
	OO 5.2 - Otimizar a eficiência energética e hídrica do parque edificado do Exército.
	OO 5.3 - Aperfeiçoar processos e sistemas de informação.
	OO 5.4 - Explorar as tendências e evoluções genéticas, organizacionais e operacionais no âmbito Nacional e Internacional.
OE 6 - Fortalecer a imagem interna e externa do Exército	OO 6.1 - Reforçar a imagem Institucional do Exército.
	OO 6.2 - Reforçar a transparência.
	OO 6.3 - Valorizar e preservar o património histórico e cultural do Exército.
	OO 6.4 - Garantir a segurança, o controlo e a qualidade.

Figura 2 – Correspondência entre Objetivos Estratégicos e Objetivos Operacionais



### **III – OBJETIVOS PLANEADOS E RECURSOS ASSOCIADOS**

## 1. Recursos humanos

O planeamento dos recursos humanos foi conduzido em observância com os documentos estruturantes da Defesa Nacional, as determinações do CEME e o preconizado pelo Decreto-Lei n.º 06/2022, de 07 janeiro.

Nesta conformidade, foi considerada para planeamento do Exército a estimativa de pessoal prevista a 31 de dezembro de 2024, a qual contemplou os planos de admissões, incorporações e promoções, projetando-se, com efeito, um efetivo total de 15.099 militares na efetividade de serviço e trabalhadores civis.

### a. Projeção de efetivos por situação

A distribuição percentual dos supracitados 15.099 efetivos, por situação, é a que se apresenta seguidamente.

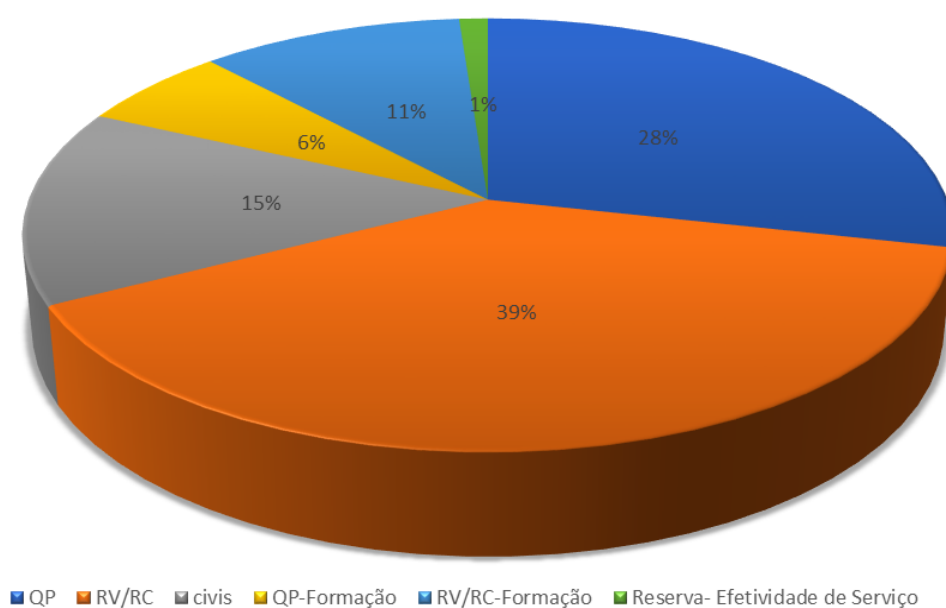


Figura 3 – Projeção de efetivos por situação

Tomando em consideração a forma de prestação de serviço, por categoria e estrutura orgânica, a projeção de efetivos para 2024 encontra-se distribuída de acordo com a Figura 4.

EFETIVOS 2024			
NO RAMO	Oficiais	QP	1 667
		RV/RC	385
	Sargentos	QP	2 559
		RV/RC	641
	Praças		4 817
	Civis		2 216
	Total		12 285
NAS FORÇAS ARMADAS	Oficiais	QP	22
		RV/RC	0
	Sargentos	QP	13
		RV/RC	1
	Praças		13
	Total		49
FORA das FORÇAS ARMADAS (Ativo)	Oficiais	QP	21
		RV/RC	0
	Sargentos	QP	22
		RV/RC	0
	Praças		0
	Total		43
FORMAÇÃO	AM		678
	ESE (1ª e 2ª Partes)		254
	UEFISM		0
	Instrução para RV/RC	Oficiais	90
		Sargentos	205
		Praças	1 319
	Total		2 546
RESERVA (Efetividade)	Ramo	Oficiais	59
		Sargentos	23
	EMGFA	Oficiais	1
		Sargentos	1
	Fora das FORÇAS ARMADAS	Oficiais	48
		Sargentos	44
	Total		176
Total Geral			15 099

Figura 4 – Projeção de efetivos em 31 de dezembro de 2024 a encargo do Exército

Da leitura da tabela anterior, resultam como parciais mais expressivos a projeção de um efetivo de 12.285 militares e trabalhadores civis a prestar serviço neste ramo das FFAA e de um efetivo de 2.546 militares em formação.

## b. Outros efetivos a encargo do Ramo

Para além da projeção de efetivos anteriormente explanada, constituem ainda encargo do Exército as despesas com pessoal referentes aos militares na reserva fora da efetividade de serviço, cuja projeção ascende a 912 militares, e aos que aguardam a pensão de reforma definitiva por parte da Caixa Geral de Aposentações, cuja projeção aponta um total de 109 militares.

## c. Variação de efetivos

A figura 5 apresenta a evolução do número de colaboradores do Exército desde 2006, que inclui todo o Mapa de Pessoal Civil do Exército, QP e RV/RC na efetividade de serviço (ativo, reserva, formação para QP e instrução para RV/RC) com exceção da forma de serviço de Cadete-Aluno da Academia Militar (AM), bem como da prestação de serviço fora do ramo e fora da estrutura orgânica das FFAA, podendo constatar-se uma redução progressiva de pessoal na efetividade de serviço durante os últimos anos, com particular expressão para o vínculo contratual de RV/RC. Importa ainda referir que os quantitativos de 2024 consubstanciam uma projeção efetuada, aquando da elaboração deste PA.

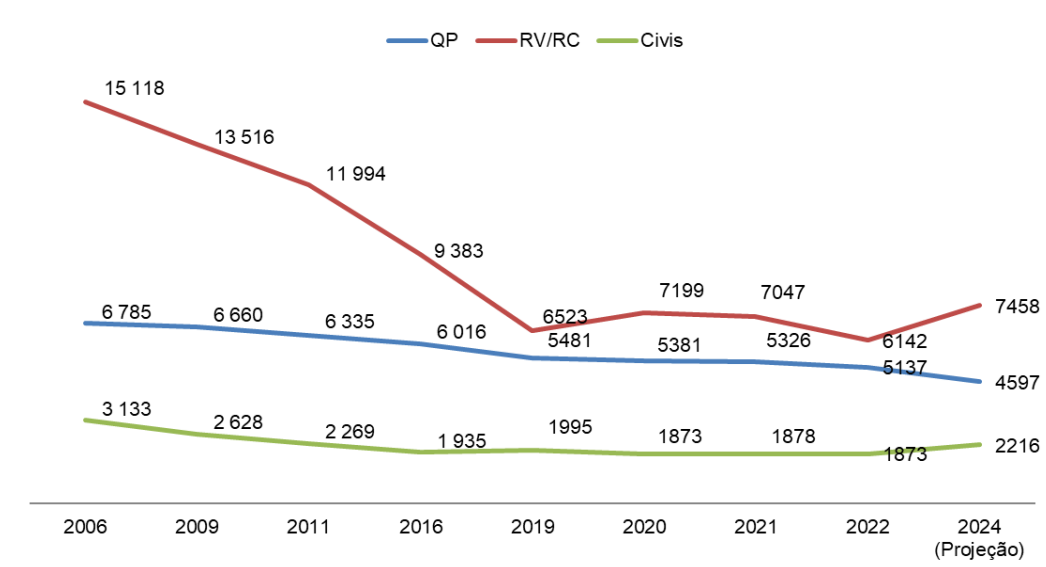


Figura 5 – Evolução do efetivo do Exército

## 2. Recursos materiais

O leque de recursos materiais afetos ao Exército é muito vasto, pelo que se privilegia a apresentação dos principais sistemas de armas afetos à componente operacional, assim como os novos equipamentos que se encontram a entrar ao serviço:



CC Leopard 2A6



VC Engenharia M728



Obus AP M109 A5



VBR PANDUR II IFV



VBR PANDUR II AMB



VBR PANDUR II ICV



Pronto Socorro M88 A1



HMMWV 4X4



Panhard M11 4X4



URO VAMTAC ST5



UAV RAVEN

Armamento Ligeiro  
SCAR-L





Armamento Ligeiro  
SCAR-H



FN Minimi 7.62/5.56 Mk3



SCS

Quanto aos materiais e equipamentos de duplo uso<sup>2</sup> no Exército, destacam-se os seguintes:

- *Shelter* do Bloco Operatório, que pode ser empregue em situações de calamidade em apoio à população.



- Família de Viaturas Táticas (FVT), - meios de Apoio Militar de Emergência



- Sistema de Comunicações do SCS - *C4I / Battlefield Management System*



<sup>2</sup> Entende-se por duplo uso as capacidades e competências para desempenhar ações militares e não militares do Estado, tendo a Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2013, de 11 de abril, definido para o Exército, a este nível, o apoio militar de emergência.



- *First Defender RMX*, que visa identificar agentes químicos industriais de guerra e explosivos, e o SAM 940, que é um identificador de Isótopos radiativos, com capacidade de deteção de radiações Alfa, Beta, Gama e Neutrões.



- Material do Laboratório de Bromatologia e Defesa Biológica, que é utilizado no âmbito da microbiologia alimentar e investigação de surtos de toxinfecção alimentar no Exército, e que tem capacidade para identificar agentes Biológicos.



- Pontes militares



TREADWAY



BAILEY



MABEY

- Equipamentos de terraplanagens, abertura de aceiros, corta-fogos e beneficiação de itinerários, utilizados nas frentes de trabalho, no Apoio Militar de Emergência e protocolos no âmbito do plano “FAUNOS”.



- Equipamentos de serviços de campanha, tais como padarias, lavandarias, banhos, tendas insufláveis empregues como alojamentos, entre outras, utilizado no apoio às populações e eventos desportivos.



Releva-se que o Exército, enquanto entidade gestora de um vasto património cuja dispersão geográfica constitui um fator que dificulta as medidas de preservação e de manutenção dos materiais e equipamentos, procura potenciar a adoção de unidades de apoio centralizadas, de modo a permitir dar cumprimento às diretrizes da Tutela quanto à contenção de despesa, orientando a gestão dos recursos materiais para a racionalização de meios e para a eficiência na afetação de recursos públicos, assente no modelo de partilha de atividades comuns e, por outro lado, numa plataforma de funcionamento em rede, que abrange especialmente as atividades de natureza administrativa e logística.

### 3. Recursos financeiros

O planeamento dos recursos financeiros foi efetuado tendo em consideração os normativos legais aplicáveis, os documentos estruturantes da Defesa Nacional, as normas emanadas pelo Ministério das Finanças e as determinações do CEME.

Em linha com a estratégia do Exército, foi estabelecido um *plafond* de referência, o qual foi calculado tendo por base a execução orçamental do ano de 2022, a proposta de orçamento do Exército de 2023, bem como as projeções económicas e alterações previstas para 2024.

Ademais, foram apresentadas necessidades financeiras identificadas pelas diversas Entidades de Planeamento como necessárias ao cumprimento da estratégia, mas que por ausência de *plafond* de planeamento, foram consideradas e registadas com a designação de “Não Financiado”.

Com efeito, o planeamento efetuado pelo Exército ascendeu a um total global de 878.275.928 €, incluindo atividades não financiadas, salientando-se, pela sua expressão orçamental, as verbas afetas ao OE 2, onde se inserem as despesas com pessoal, as atividades logísticas, incluindo as de investimento, bem como as despesas de vida corrente e funcionamento normal das UEO, encontrando-se distribuído em conformidade com a Figura 6.

Objetivos Estratégicos		Financiado	Não Financiado	Total
OE1	Otimizar as Capacidades Militares Terrestres	1 616 199,00 €	22 180 370,00 €	23 796 569,00 €
OE2	Otimizar a Obtenção e Gestão de Recursos	538 564 367,00 €	218 671 172,00 €	757 235 539,00 €
OE3	Fortalecer a Cooperação Nacional e Internacional	1 943 863,00 €	3 077 032,00 €	5 020 895,00 €
OE4	Potenciar a Formação, o Ensino e o Desenvolvimento de Lideranças	1 316 608,00 €	783 943,00 €	2 100 551,00 €
OE5	Estimular a Inovação e a Modernização dos Sistemas e Tecnologias	55 770 749,00 €	32 041 739,00 €	87 812 488,00 €
OE6	Fortalecer a Imagem Interna e Externa do Exército	1 600 786,00 €	709 100,00 €	2 309 886,00 €
Total		600 812 572,00 €	277 463 356,00 €	878 275 928,00 €

Figura 6 – Recursos financeiros alocados à concretização da estratégia do Exército

#### a. Planeamento em “Financiado”

Numa análise por agregados de despesa dos valores planeados em “Financiado”, verifica-se que apenas o Investimento se aproxima dos rácios definidos no documento enquadrador do processo de reestruturação da Defesa Nacional e das FFAA, designado por Reforma “Defesa 2020”, o qual preconizava uma execução de

60% para despesas com pessoal, 25% para operação e manutenção e 15% para investimento, conforme ilustra a Figura 7.

FINANCIAMENTO	PESSOAL	OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO	INVESTIMENTO	TOTAL
RI (OMDN)	448 223 771,00 €	66 210 906,00 €	7 915 323,00 €	522 350 000,00 €
RP (DCCR)	195 462,00 €	13 941 685,00 €	261 746,00 €	14 398 893,00 €
LPM - RI			42 054 000,00 €	42 054 000,00 €
LPM - RP			9 650 000,00 €	9 650 000,00 €
LIM			10 755 000,00 €	10 755 000,00 €
Projetos (Cap. 50)			1 000 000,00 €	1 000 000,00 €
Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI)			495 290,00 €	495 290,00 €
Subsídios		30 000,00 €		30 000,00 €
Transferências entre Organismos	79 389,00 €			79 389,00 €
<b>TOTAL (€)</b>	<b>448 498 622,00 €</b>	<b>80 182 591,00 €</b>	<b>72 131 359,00 €</b>	<b>600 812 572,00 €</b>
<b>TOTAL (%)</b>	<b>75%</b>	<b>13%</b>	<b>12%</b>	<b>100%</b>

Figura 7 – Planeamento de verbas em função dos critérios da Reforma Defesa 2020

Relativamente às despesas com o pessoal, a parcela respeitante às remunerações certas e permanentes é o valor mais expressivo, refletindo um aumento de 6%, relativamente ao ano anterior, em função das atualizações remuneratórias aplicáveis à Administração Pública, nos termos do Decreto-Lei n.º 26-B/2023, de 18 de abril e do Decreto-Lei n.º 84-F/2022, de 16 de dezembro, bem como da previsão de acréscimo de despesa, essencialmente afeta à execução dos planos de admissões, incorporações e promoções, salientando-se ainda o valor de 79.389€, correspondente a transferências entre organismos, tendo em vista assegurar abonos variáveis ou eventuais da responsabilidade do Laboratório Nacional do Medicamento, conforme ilustra a Figura 8.

DESPESAS COM PESSOAL	RI (OMDN)	RP (DCCR)	Total
Remunerações Certas e Permanentes	297 774 278,00 €		297 774 278,00 €
Abonos Variáveis ou Eventuais	14 177 378,00 €	174 962,00 €	14 352 340,00 €
Segurança Social	136 272 115,00 €	20 500,00 €	136 292 615,00 €
Transferências entre Organismos		79 389,00 €	79 389,00 €
<b>Total</b>	<b>448 223 771,00 €</b>	<b>274 851,00 €</b>	<b>448 498 622,00 €</b>

Figura 8 – Planeamento das despesas com pessoal

No que concerne às atividades de operação e manutenção, os recursos financeiros planeados ascendem aos 80.182.591€, essencialmente afetos a aquisições de bens e serviços, no âmbito das atividades logísticas, destacando-se aquelas que concorrem para a execução do plano de reabastecimento, cuja representatividade ascende a cerca de 40% destas verbas, com particular expressão para a alimentação, combustíveis e lubrificantes e fardamento, sem olvidar as atividades a

desenvolver no âmbito do Plano Integrado de Treino Operacional e do Plano de Missões ao Estrangeiro.

No que tange ao investimento, as atividades planeadas ascendem a um valor total de 72.131.359€, destacando-se aqueles que se enquadram na Lei de Programação Militar (LPM), na Lei de Infraestruturas Militares (LIM) e nos Projetos do Capítulo 50.

No que respeita à LPM, o planeamento contempla verbas tendentes ao financiamento de um conjunto de capacidades, com particular expressão orçamental para a “Sobrevivência Proteção e Sobrevivência da Força Terrestre”, conforme ilustra a Figura 9.

Capacidades	LPM - RI	LPM - RP	Total
Comando e Controlo Terrestre	7 885 000,00 €	440 630,00 €	8 325 630,00 €
Forças Ligeiras	9 000 000,00 €	5 770 406,00 €	14 770 406,00 €
Defesa Imediata dos Arquipélagos	1 799 000,00 €		1 799 000,00 €
Informações, Vigilância, Aquisição de Objetivos e Reconhecimento Terrestre	1 664 000,00 €	548 800,00 €	2 212 800,00 €
Transporte Terrestre		485 000,00 €	485 000,00 €
Proteção e Sobrevivência da Força Terrestre	11 446 000,00 €	985 650,00 €	12 431 650,00 €
Sustentação Logística da Força Terrestre	4 650 000,00 €	870 614,00 €	5 520 614,00 €
Apoio Militar de Emergência	660 000,00 €	186 500,00 €	846 500,00 €
Reservas de Guerra	4 950 000,00 €	362 400,00 €	5 312 400,00 €
<b>Total</b>	<b>42 054 000,00 €</b>	<b>9 650 000,00 €</b>	<b>51 704 000,00 €</b>

Figura 9 – Planeamento de verbas da Lei de Programação Militar por capacidade

Na LIM, cujo financiamento implica a arrecadação de receitas provenientes da rentabilização de imóveis afetos à Defesa Nacional, o planeamento contemplou verbas distribuídas pelos projetos identificados na Figura 10, relevando-se, pela sua expressão orçamental, os investimentos no quadro da consolidação da segurança militar e nas instalações de apoio à formação.

Projeto	Total
Consolidação da Segurança Militar	4 025 000,00 €
Sistema de alojamento	350 000,00 €
Refeitórios e Cozinhas	730 500,00 €
Instalações de Apoio à Formação	2 600 000,00 €
Sustentação Logística	800 000,00 €
Instalações Desportivas	549 500,00 €
Reestruturação de Instalações	1 700 000,00 €
<b>Total</b>	<b>10 755 000,00 €</b>

Figura 10 – Planeamento de verbas da Lei de Infraestruturas Militares por projeto

Já no que concerne aos Projetos do Capítulo 50, releva-se o planeamento de investimentos no âmbito do Sistema Militar para Apoio à Autoridade Nacional de



Emergência e Proteção Civil (ANEPC) e de cooperação com as autarquias locais, conforme ilustra a Figura 11.

Código	Projetos - Capítulo 50	Total
4874	Cartografia Militar 1:25 000 no Sistema de Referência WGS84 (CARTMIL)	142 857,00 €
1787	Sistema Militar para Apoio à ANEPC e Cooperação com as Autarquias Locais - RE1	337 143,00 €
1788	Sistema Militar para Apoio à ANEPC e Cooperação com as Autarquias Locais - RE3	148 572,00 €
4850	Capacidade de Reconhecimento Biológico e Químico para apoio à ANEPC	295 598,00 €
9143	Sistema Militar para Apoio à ANEPC e Cooperação com as Autarquias Locais - RE1	75 830,00 €
<b>Total</b>		<b>1 000 000,00 €</b>

Figura 11 – Planeamento de verbas de Projetos - Capítulo 50

## b. Planeamento em “Não Financiado”

O Planeamento efetuado em “Não Financiado” totalizou 277.463.356€, distribuídos pelas diferentes atividades, por OE, conforme ilustra a Figura 12.

Atividades por Objetivo Estratégico	Total
<b>1. OTIMIZAR AS CAPACIDADES MILITARES TERRESTRES</b>	<b>22 180 370,00 €</b>
1.1. Maximizar Forças e Elementos treinados e certificados	21 837 670,00 €
1.2. Garantir a segurança militar e a utilização Operacional	342 700,00 €
<b>2. OTIMIZAR A OBTENÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS</b>	<b>218 671 172,00 €</b>
2.1. Assegurar os Recursos Logísticos	204 725 512,00 €
2.2. Assegurar os Recursos Humanos	13 945 660,00 €
<b>3. FORTALECER A COOPERAÇÃO NACIONAL E INTERNACIONAL</b>	<b>3 077 032,00 €</b>
3.1. Assegurar Relações bilaterais, cooperação e parcerias	3 077 032,00 €
<b>4. POTENCIAR A FORMAÇÃO, ENSINO E DESENVOLVER DE LIDERANÇAS</b>	<b>783 943,00 €</b>
4.1. Assegurar a Formação	687 398,00 €
4.2. Assegurar a Educação	96 545,00 €
<b>5. ESTIMULAR A INOVAÇÃO E A MODERNIZAÇÃO DOS SISTEMAS E TECNOLOGIAS</b>	<b>32 041 739,00 €</b>
5.1. Assegurar a Inovação	7 200,00 €
5.2. Assegurar os Investimentos	32 034 539,00 €
<b>6. FORTALECER A IMAGEM INTERNA E EXTERNA DO EXÉRCITO</b>	<b>709 100,00 €</b>
6.1. Assegurar a Comunicação Institucional	709 100,00 €
<b>Total</b>	<b>277 463 356,00 €</b>

Figura 12 – Atividades planeadas não financiadas por Objetivo Estratégico

Dos valores acima referidos, destaca-se o planeamento efetuado em atividades de âmbito logístico, designadamente de manutenção de edifícios, equipamentos e viaturas, evidenciando a crescente dificuldade de financiamento do Exército para a manutenção dos seus bens de capital, bem como a administração e execução dos serviços de base, designadamente os encargos das instalações e os combustíveis, sobre os quais tem recaído elevada pressão inflacionista.

#### 4. Publicidade Institucional

A Lei n.º 95/2015, de 17 de agosto, define as regras e os deveres de transparência quanto à realização de campanhas de publicidade institucional do Estado (n.º 2 do art.º 7.º). Neste âmbito, o Exército prevê efetuar as campanhas indicadas na Figura 13.

Publicidade Institucional	Total
Material de divulgação	32 000,00 €
Publicidade paga	
Divulgação da Marca Exército	

Figura 13 – Publicidade institucional

Os materiais de divulgação destinam-se a ser distribuídos aos potenciais candidatos à prestação de serviço militar nas ações de divulgação conduzidas pela Rede de Divulgação do Serviço Militar e internamente a militares como forma de incentivo enquanto agentes de divulgação.

A publicidade paga visa implementar 2 campanhas publicitárias de comunicação externa, no âmbito do recrutamento, para divulgação do Serviço Militar em RV/RC (Televisão, Cinemas, Metro do Porto, revistas on-line), reforçar a mensagem transmitida pelo Recrutamento do Exército nas Redes Sociais, através da criação de diversas campanhas pagas na rede social *Facebook*, bem como proceder ao aluguer de cartazes *outdoor*.

A divulgação da marca Exército visa cativar a atenção, interagir e manter o contato com potenciais candidatos à prestação de serviço militar, através da conceção e produção de *Outdoors/ Roll-ups*, Muros publicitários, decoração de infraestruturas e equipamentos para feiras de elevada visibilidade.



GABINETE DO CHEFE DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

Repartição de Comunicação, Relações Públicas e Protocolo

Rua do Museu de Artilharia

1149-065 Lisboa

PORTUGAL

Email: [info@mailexercito.pt](mailto:info@mailexercito.pt) | Telefone Civil: 218 842 330 | Telefone Militar: 423 030

---

[exercito.pt](http://exercito.pt)

